

FORMAPLAN FORMAS PLANEJADAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

RELATÓRIO DE ANÁLISE DE PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL



ÍNDICE

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	4
2. SÍNTESE DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	5
3.CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DE CREDORES	8
4. ALIENAÇÃO DE ATIVOS	12
5. CLÁUSULAS CONFLITANTES COM A LEI 11.101/2005	14
6. CONDUTAS PREVISTAS PELO ART. 64 DA LEI 11.101/2005	16
7. GLOSSÁRIO	18



Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de União da Vitória – Estado do Paraná.

Dr. Elvis Jackson Melnisk

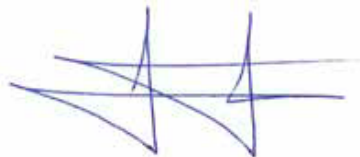
Preliminarmente, cumpre informar que a apresentação do Relatório de Análise de Modificativo do Plano de Recuperação Judicial, para a devida juntada nos autos de Recuperação Judicial, faz parte do rol de deveres do Administrador Judicial, nos termos do art. 22, inc. II, alínea “h” da Lei 11.101/2005.

As análises e observações apresentadas no presente relatório estão embasadas em informações contábeis, financeiras e operacionais apresentadas pelas Recuperandas, sob as penas do art. 171 da Lei 11.101/2005, bem como no Plano de Recuperação Judicial e anexos apresentados nos autos pela Recuperanda.

Referido relatório possui o objetivo de demonstrar ao Juízo, aos credores e demais as disposições do Modificativo do Plano de Recuperação Judicial apresentado pela Recuperanda, primando sempre pela transparência, objetividade e ampla divulgação das informações pertinentes ao processo de recuperação judicial. Este relatório e demais documentos relacionados a presente recuperação judicial estão disponíveis para consulta no **Processo nº 0000410-68.2021.8.16.0174** e no site www.marquesadmjudicial.com.br.

Por fim, esta Administradora Judicial permanece à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas remanescentes.

Curitiba/PR, 08 de novembro de 2022.



**M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
ADMINISTRADORA JUDICIAL**

CNPJ Nº 07.166.865/0001-71 | OAB/PR Nº 6.195

Profissional Responsável: **MARCIO ROBERTO MARQUES**

OAB/PR nº 65.066 | OAB/SP nº 459.319



SUMÁRIO EXECUTIVO

Assunto	Observações
Síntese do PRJ	O PRJ foi apresentado tempestivamente pela Recuperanda no dia 01 de novembro de 2021, ao mov. 282. Destarte, ao mov. 713, fora promovido a juntada de Modificativo ao Plano de Recuperação Judicial pela Recuperanda, o qual traz modificações na forma e condição de pagamento dos credores.
Condições de Pagamento de Credores	O PRJ apresentado dispõe sobre as formas de pagamento dos credores concursais em suas cláusulas 1.1, 1.2, 1.3 e 1.4 estabelecendo carência para início dos pagamentos e deságio para os credores da Classe I, Classe II, Classe III e Classe IV.
Alienação de Ativos	No que tange à alienação de ativos, impende mencionar que o Modificativo do Plano de Recuperação Judicial apresentado pela Recuperanda prevê a hipótese de criação de UPI de Créditos de Carbono, o qual poderá ser adquirido pelos credores utilizando-se seus créditos na integralidade da inscrição na relação de credores.
Cláusulas Conflitantes com a Lei 11.101/2005	Não fora constatada novas cláusulas conflitantes com a Lei 11.101/2005 no Modificativo ao PRJ, razão pela qual ratifica-se as considerações contidas no Relatório de Análise de Plano de Recuperação Judicial apresentado ao mov. 328.2.
Condutas Previstas pelo art. 64 da Lei 11.101/2005	No Modificativo do Plano de Recuperação Judicial em análise não foram identificadas eventuais disposições em desarmonia a redação do artigo 64 da Lei 11.101/2005.



2

SÍNTESE DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL



2.1 TEMPESTIVIDADE DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Análise realizada em sede de Relatório de Análise de Plano de Recuperação Judicial apresentado ao mov. 328.2.

2.2 RESUMO DO LAUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO E LAUDO DE AVALIAÇÃO

Não houve alteração no que tange ao Laudo Econômico-Financeiro e Laudo de Avaliação do Modificativo ao PRJ, razão pela qual ratifica-se as considerações contidas no Relatório de Análise de Plano de Recuperação Judicial apresentado ao mov. 328.2.

2.3 RESUMO DOS MEIOS DE RECUPERAÇÃO

Não houve alteração no que tange aos meios de recuperação no Modificativo ao PRJ, razão pela qual ratifica-se as considerações contidas no Relatório de Análise de Plano de Recuperação Judicial apresentado ao mov. 328.2.

2.4 MEDIDAS ADOTADAS PARA RECUPERAÇÃO DO NEGÓCIO

Não houve alteração no que tange as medidas adotadas para recuperação do negócio no Modificativo ao PRJ, razão pela qual ratifica-se as considerações contidas no Relatório de Análise de Plano de Recuperação Judicial apresentado ao mov. 328.2.

2.5 RESERVA DE CONTINGÊNCIA PARA PAGAMENTO DE CREDORES SUJEITOS AINDA NÃO CONTEMPLADOS NO QUADRO GERAL DE CREDORES

Não houve alteração no que tange a reserva de contingência para pagamento de credores não arrolados na relação de credores no Modificativo ao PRJ, razão pela qual ratifica-se as considerações contidas no Relatório de Análise de Plano de Recuperação Judicial apresentado ao mov. 328.2.



2.6 MEIOS DE SATISFAÇÃO DOS CRÉDITOS FISCAIS E DEMAIS CRÉDITOS NÃO SUJEITOS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Não houve alteração no que tange aos meios de satisfação de créditos fiscais no Modificativo ao PRJ, razão pela qual ratifica-se as considerações contidas no Relatório de Análise de Plano de Recuperação Judicial apresentado ao mov. 328.2.

2.7 PROPOSTA DE EXTINÇÃO DE GARANTIAS

Não houve alteração no que tange a proposta de extinção de garantias no Modificativo ao PRJ, razão pela qual ratifica-se as considerações contidas no Relatório de Análise de Plano de Recuperação Judicial apresentado ao mov. 328.2.

3

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DE CREDORES



3.1 FORMA DE PAGAMENTO POR CLASSE

O Modificativo ao PRJ apresentado ao mov. 713.2, trouxe alterações na forma de pagamento dos credores habilitados na reação nominal de credores. Desta forma, passa a vigor as seguintes formas de pagamento, por classe de credores:

Classe	Subclasse	Opções	Carência (exceto a Parcela Inicial)	Prazo para Pagamento	Correção Monetária e Juros	Deságio
Classe I Créditos Trabalhistas	Créditos até R\$ 10.000,00	-	06 (seis) meses.	10 (dez) meses após período de carência.	10% do C.D.I. acrescido de 1,2% a.a., com incidência a partir da data da publicação da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial	-
	Créditos a partir de 10.000,01 até 150 salários mínimos	-	06 (seis) meses.	30 (trinta) meses após período de carência.	10% do C.D.I. acrescido de 1,2% a.a., com incidência a partir da data da publicação da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial	50%
	Créditos acima de 150 salários mínimos	-	20 (vinte) meses após a data da publicação da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial.	120 (cento e vinte) meses após período de carência.	10% do C.D.I. acrescido de 1,2% a.a., com incidência a partir da data da publicação da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial	95%
Classe II Créditos Com Garantia Real	-	-	20 (vinte) meses após a data da publicação da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial.	120 (cento e vinte) meses após período de carência.	10% do C.D.I. acrescido de 1,2% a.a., com incidência a partir da data da publicação da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial	95%
Classe III Créditos Quirografários	-	-	20 (vinte) meses após a data da publicação da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial.	120 (cento e vinte) meses após período de carência.	10% do C.D.I. acrescido de 1,2% a.a., com incidência a partir da data da publicação da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial	95%
Classe IV Créditos ME / EPP	-	-	20 (vinte) meses após a data da publicação da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial.	120 (cento e vinte) meses após período de carência.	10% do C.D.I. acrescido de 1,2% a.a., com incidência a partir da data da publicação da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial	95%

Fonte: Modificativo ao Plano de Recuperação Judicial (mov. 713.2).

Destarte, para fins de cumprimento do art. 54, §1º, inc. "I", da Lei 11.101/2005, quanto a apresentação de garantia de pagamento do débito trabalhista, fora apresentado o imóvel matriculado sob o nº 14.929, registrado junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Cáceres, estado de Mato

Grosso, de propriedade do representante legal da empresa Recuperanda, Sr. Francisco Pigatto Neto.

3.2 CREDORES COLABORADORES E SUBCLASSES

Consonante ao que dispõe a cláusula 2 do Modificativo de Plano de Recuperação Judicial em análise, a Recuperanda propõe forma opcional de pagamento aos credores de qualquer classe, visando a aceleração no plano de pagamento, com o objetivo de liquidarem seu passivo junto aos credores de forma mais célere, ao mesmo tempo que obtém recursos e/ou matérias primas, insumos e equipamentos para o fomento de suas atividades.

Nesses termos, haverá a possibilidade de adesão à proposta aqueles credores que sejam Credores Financeiros ou Credores Fornecedores de Toras (madeira), desde que se manifeste favoravelmente à aprovação do PRJ, e estes terão autonomia para aderir à modalidade de pagamento acelerada mediante assinatura de termo de adesão e anuência expressa da Recuperanda.

3.2.1 CREDORES FINANCEIROS

A cláusula 2.1 do respectivo Modificativo ao PRJ, prevê como Credores Financeiros, aqueles que atuam no mercado financeiro e que se dispõe a disponibilizar linhas de crédito para descontos de duplicatas e aquisição de bens para a atividade industrial e comercial.

Referidos credores financeiros receberão seus créditos nos seguintes moldes:

- Deságio de 50%;
- Início dos pagamentos no 6º mês subsequente à publicação da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial;
- 12 (doze) primeiras parcelas no valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
- A partir da 13ª parcela até a quitação do saldo devedor, no valor unitário de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Em caso de interrupção no fornecimento dos produtos/serviços, os pagamentos serão imediatamente suspensos, sendo o Termo de Adesão rescindido e o saldo remanescente pago nos termos originários previsto em sua respectiva classe.

3.2.2 CREDORES FORNECEDORES DE TORAS (MADEIRA)

A cláusula 2.1 do respectivo Modificativo ao PRJ, prevê como Credores Fornecedores de Toras, aqueles que proveem toras/madeiras à Recuperanda, tendo em vista ser matéria-prima essencial a continuidade da atividade econômica.

Referidos credores financeiros receberão seus créditos nos seguintes moldes:

- Deságio de 50%;
- Início dos pagamentos no 6º mês subsequente à publicação da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial;
- Pagamentos mensais fixos e sucessivos por 05 (cinco) anos.

Para adesão à tal forma de pagamento de amortização acelerada, deverá o credor aderir ao Termo de Adesão em até 30 (trinta) dias da publicação da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial, e desde que conceda o prazo mínimo de 30 (trinta) dias para pagamento de novos pedidos faturados e desconto de 10% para pagamentos à vista.

Em caso de interrupção no fornecimento dos produtos/serviços, os pagamentos serão imediatamente suspensos, sendo o Termo de Adesão rescindido e o saldo remanescente pago nos termos originários previsto em sua respectiva classe.



4

ALIENAÇÃO DE ATIVOS



4.1 RELAÇÃO DE BENS INDICADOS PARA VENDA

Não houve alteração no que tange a relação de bens indicados no Modificativo ao PRJ, razão pela qual ratifica-se as considerações contidas no Relatório de Análise de Plano de Recuperação Judicial apresentado ao mov. 328.2.

4.2 FORMA DE ALIENAÇÃO E DESTINAÇÃO DO PRODUTO

Na hipótese de alienações, o Modificativo ao PRJ, em sua cláusula 3, prevê a possibilidade de eventual alienação de UPI de Créditos de Carbono, o qual será realizada nos moldes do art. 66 e 142 da Lei 11.101/2005. Outrossim, estabelece que os credores que tiverem interesse na participação do processo competitivo de alienação de ativos via UPI, poderão utilizar de seus créditos na integralidade, sem que incida o deságio previsto no Plano em análise.

Visto isso, a Recuperanda fez constar em seu Modificativo de Plano que o adquirente receberá a UPI livre de quais ônus, gravames ou qualquer tipo de constrição caso seja optado pela constituição de UPI.

Na hipótese de se optar de fato pela constituição da UPI de Créditos de Carbono, a Recuperanda dará ciência nos autos acerca da minuta do edital contemplando as condições mínimas para ciência dos interessados, quais sejam:

- Os termos e condições estipulados no Contrato de Compra e Venda que será apresentado conjuntamente ao edital;
- Valor mínimo que será apurado oportunamente com a apresentação dos laudos de avaliação, que integrarão o Edital e Contrato de Compra e Venda;
- Comprovação da capacidade econômica, financeira e patrimonial dos proponentes, versando acerca de quais documentos deverão ser apresentados pelos mesmos;
- Aviso para que os interessados se manifestem no prazo de 10 (dez) dias contados da publicação do Edital, através de notificação à Recuperanda, com cópia ao Administrador Judicial e protocolo perante o Juízo recuperacional, devendo encaminhar a documentação conforme versa o Modificativo do Plano de soerguimento;
- A alienação ocorrerá através de leilão, nos termos do art. 142 da Lei 11.101/2005, e será realizado no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias da data de publicação do edital em comento;
- Ante a forma com que se dará a alienação em comento, os bens e direitos que compõem a UPI estarão livres de quaisquer dívidas, contingências, obrigações e outros interesses que possam recair sobre os bens, em consonância com o que versa o art. 60 da Lei 11.101/2005;
- Prevê ainda que em razão da UPI ocorrer através de processo competitivo, os ônus reais e eventuais gravames/indisponibilidades constantes nas matrículas imobiliárias e demais ativos que compõem a referida UPI, serão imediatamente liberadas.

5

**INDICAÇÃO DE CLÁUSULAS
CONFLITANTES COM A LEI
11.101/2005**



5.1 INDICAÇÃO DE CLÁUSULAS CONFLITANTES COM A LEI 11.101/2005

Não fora constatada novas cláusulas conflitantes com a Lei 11.101/2005 no Modificativo ao PRJ, razão pela qual ratifica-se as considerações contidas no Relatório de Análise de Plano de Recuperação Judicial apresentado ao mov. 328.2.



6

**CONDUTAS PREVISTAS PELO
ART. 64 DA LEI 11.101/2005**



6. CONDUTAS PREVISTAS PELO ART. 64 DA LEI 11.101/2005

No Modificativo do Plano de Recuperação Judicial em análise não foram identificadas eventuais disposições em desarmonia a redação do artigo 64 da Lei 11.101/2005.





GLOSSÁRIO



AGC – Assembleia Geral de Credores
AI – Agravo de Instrumento
AJ – Administradora Judicial
ART. – Artigo
CCB – Cédula de Crédito Bancário
DJE – Diário de Justiça Eletrônico
DES – Desembargador (a)
DRE – Demonstração de Resultado do Exercício
ED – Embargos de Declaração
EIRELI - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada
EPP – Empresa de Pequeno Porte
ICMS – Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços
INC. - Inciso
LFRJ – Lei de Falência e Recuperação Judicial (Lei 11.101/2005)
LTDA – Limitada
ME – Microempresa
MM. – Meritíssimo
M – Milhão
MOV. - Movimentação
PERT – Programa Especial de Regularização Tributária
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
QGC – Quadro Geral de Credores
RJ – Recuperação Judicial
Rel. – Relator (a)
Recuperanda – Formaplan Formas Planejadas Indústria e Comércio LTDA
Resp – Recurso Especial
RMA – Relatório Mensal de Atividades
RNC – Relação Nominal de Credores
ROA – Retorno sobre ativo total
ROE - Retorno sobre patrimônio líquido
S. A. – Sociedade Anônima
STJ – Superior Tribunal de Justiça
TJPR – Tribunal de Justiça do Paraná
TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo
TRF – Tribunal Regional Federal
PRJ – Plano de Recuperação Judicial



CURITIBA/PR

Av. Cândido de Abreu, nº776, Sala 1306,
Edifício World Business, Centro Cívico
CEP 80.530-000
(41) 3206-2754 | (41) 99189-2968

MARINGÁ/PR

Av. João Paulino Vieira Filho, nº625, Sala 906,
Edifício New Tower Plaza, Torre II, Zona 01
CEP 87.020-015
(44) 3226-2968 | (44) 99127-2968

SÃO PAULO/SP

Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP 01.310-000
(11) 3135-6549 | (11) 98797-8850

www.marquesadmjudicial.com.br
marcio@marquesadmjudicial.com.br

